



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

**ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA
PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CONADE**

1 Às nove horas do dia vinte e nove do mês de abril de 2010, no Auditório da Procuradoria
2 Geral da República, SAF SUL, Quadra 04, Lote 03, Bloco B, 5º andar, foi realizada a
3 Sexagésima Oitava Reunião Ordinária de do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
4 Portadora de Deficiência - CONADE, sob a presidência do Sr. Isaías Dias. Estiveram
5 presentes os Conselheiros **Governamentais**: Denise Costa Granja, Titular do Ministério
6 das Comunicações; Mariana B. de Mello Parente, Suplente da Casa Civil da Presidência
7 da República; Aline Camila R. Mesquita, Suplente do Ministério da Cultura; Martinha
8 Clarete Dutra dos Santos, Titular do Ministério da Educação; Sinara Pollom Zarbo,
9 Suplente do Ministério da Educação; Raimundo Nonato L. de Souza, Suplente do
10 Ministério da Previdência Social; Érika Pisaneschi, Titular do Ministério da Saúde, Andréa
11 Duarte, Suplente do Ministério da Saúde; Magda Hennes, Titular do Ministério das
12 Cidades; Elyria B. Yoshida Credidio, Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e
13 Combate à Fome; Felipe Krause Dornelles, Suplente do Ministério das Relações
14 Exteriores; Ana Carolina Silveira Vasconcelos, Suplente do Ministério dos Esportes; Flávio
15 Pércio Zacher, Titular do Ministério do Trabalho e Emprego; Rogério Lopes Costa Reis,
16 Suplente do Ministério do Trabalho e Emprego; Ana Beatriz Borges Serpa, Titular do
17 Ministério do Turismo; Marcos C. de Souza Bandeira, Titular do Ministério dos
18 Transportes; Izabel Maria de L. Maior, Titular da Secretaria de Direitos Humanos da
19 Presidência da República; Niusarete Margarida de Lima, Suplente da Secretaria de
20 Direitos Humanos da Presidência da República; Francisco Alexandre D. Mapurunga,
21 Titular do CEDEF Ceará; Kellerson Souto Viana, Titular do Conselho Municipal dos
22 Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência de Belo Horizonte. Os Conselheiros da
23 **Sociedade Civil**: Silvana de Oliveira Almeida, Titular da AMPID; Maria Aparecida Reis,
24 Titular da ABRASO; Roberto Paulo do Vale Tiné, Titular da APABB; Janilton Fernandes

25 Lima, Titular da CNC; José Antônio Lanchoti, Titular do CONFEA; Isaías Dias, Titular da
26 CUT e Vice-Presidente do CONADE; Rosangela da Silva Santos, Titular da FARBRA;
27 Gecy Maria Fritsch Klauch, Suplente da FBASD; Domingos João Montagna, Titular da
28 FCD/BR; Adinilson M. dos Santos; Titular da FENAPAE; Renata Souza Vale, Suplente da
29 FENAPAE; Lizair de M. Guarino Titular da FENASP; Shirley Vilhalva, Suplente da
30 FENEIS; Reinaldo Mattos Carvalho, Suplente Morhan; Laís Vanessa C. de F. Lopes,
31 Titular da OAB; José Alcides Marton da Silva, Titular da UNISERT; Márcio Castro de
32 Aguiar, Suplente da CVI. **Observadores:** Rubens Oliveira Serafim; Marcelo Chaves;
33 Jucelino Brandão; Andréa Sampaio Siqueira; Lana Stracion; Simone Silva de Moura;
34 Carlos Frederico Bastos; Esmeralda C. Oliveira; Raquel Abreu; Fábio Meirelles; Bruno
35 Savaterma; Elisângela Schappo; Fernanda Lopes; Fabrício Prado.

36

37 1º Dia – 29 de abril de 2010

38 **Abertura:** Verificado o quorum, o Sr. Isaías Dias iniciou os trabalhos da 68ª Reunião
39 Ordinária do CONADE. **Aprovação da Ata da 67ª Reunião Ordinária e II Reunião**
40 **Extraordinária.** O Sr. Isaías Dias acusou a falta da Ata e assim que possível seria
41 disponibilizada aos conselheiros para sua leitura e devida aprovação. **Aprovação da**
42 **Proposta de Pauta da 68ª Reunião Ordinária.** A Sra. Laís Vanessa C. de F. Lopes
43 sugeriu incluir a apresentação do relatório do Grupo de Trabalho responsável pela
44 sistematização dos subsídios colhidos nos seminários regionais para elaboração de
45 projeto de lei, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Sr. Kellerson Souto Viana se
46 mostrou contrário ao ponto de pauta “Atribuições e Atuação do Tribunal de Contas da
47 União e o papel dos Conselhos Sociais” – Marcelo André Barboza da Rocha Chaves –
48 Auditor Federal de Controle Externo”, pois não foi acordado previamente entre os
49 conselheiros e, segundo ele, era uma imposição. Ao passo que o Sr. Roberto Paulo do
50 Vale Tiné defendeu o item de pauta e ponderou que o assunto era relevante ao Conselho.
51 Apoiado pelo Sr. Márcio Castro de Aguiar, pela Sra. Rosangela da Silva Santos, pela Sra.
52 Niusarete Margarida de Lima. O Sr. Marcos C. de Souza Bandeira sugeriu inclusão da
53 avaliação da metodologia adotada pelo IBGE na coleta de dados sobre pessoas com
54 deficiência. Posto isto, foram colocadas em regime de votação as inclusões de pauta, que
55 aprovadas por maioria. **Atribuições e Atuação do Tribunal de Contas da União e o**
56 **papel dos Conselhos Sociais – Marcelo André Barboza da Rocha Chaves – Auditor**
57 **Federal de Controle Externo.** O Sr. Marcelo André Barboza da Rocha Chaves expôs: A
58 existência de duas formas de controle no Brasil: o controle externo, realizado pelo
59 Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União (TCU), na esfera federal, e Câmaras

60 Legislativas Estaduais ou municipais, apoiados por seus respectivos tribunais de conta; e
61 o controle interno, realizado por seus próprios órgãos, no caso do Poder Executivo, a
62 CGU, e as respectivas controladorias no caso de estados e municípios; As funções
63 básicas do TCU em relação às competências legais, judicante, sancionadora,
64 fiscalizadora, apreciadora e registradora de aposentadorias, consultiva, emissão de
65 parecer a respeito do orçamento federal, ouvidoria, informativa; A abrangência da atuação
66 do TCU no Brasil, em todos os 5.564 municípios e no Distrito Federal, além de unidades
67 gestoras no exterior, tal como embaixadas e consulados, e os órgãos da Administração
68 Pública Federal. Com tanto, o TCU criou a rede de controle da gestão pública com o
69 intuito de desenvolver ações conjuntas com outros órgãos de controle e com o objetivo
70 de incrementar a efetividade dos programas, combater a corrupção, desvios de recursos e
71 estimular e fortalecer o controle social; A estrutura organizacional do TCU; As atividades
72 da 4ª Secretaria de Controle Externo (4ª SECEX); que responsável pela fiscalização do
73 Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Integração Nacional (MIN) e
74 Ministério da Saúde, mais especificamente as ações no âmbito da assistência social,
75 atuando no controle dos órgãos da estrutura no MDS, das secretarias estaduais e
76 municipais de assistência social na gestão dos recursos públicos federais transferidos e
77 das unidades prestadoras de serviços no âmbito do Sistema Único de Assistência Social
78 (SUAS), além de atuar junto aos conselhos de assistência social, mais fortemente no
79 Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); A 2ª edição de uma cartilha voltada
80 para os conselhos da área da assistência social, no sentido de auxiliar os conselheiros na
81 fiscalização dos recursos públicos. **Dimensões do Orçamento Público e demonstração**
82 **das Leis do Ciclo Orçamentário Brasileiro na relação entre Planejamento,**
83 **Orçamento e Controles Internos e Externos – Alexandre Ciconello – Assessor de**
84 **Direitos Humanos do instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). O Sr.**
85 Alexandre Ciconello fez um breve histórico sobre o INESC, que com a missão de
86 contribuir com a efetivação dos direitos humanos e da democracia no país. Na sequência,
87 apresentou: uma visão mais política do orçamento público, na ótica da distribuição de
88 recursos; a estrutura de funcionamento do orçamento, desde a sua concepção até a sua
89 aplicação; e, por fim, alguns dados sobre a execução orçamentária da Secretaria de
90 Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), com foco em todos os
91 programas relacionados à área das pessoas com deficiência. A Sra. Laís Vanessa C. de
92 F. Lopes agradeceu e parabenizou aos representantes do TCU e do INESC. Apresentou
93 que aquele Conselho fazia o acompanhamento de políticas públicas, tal como o Programa
94 Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, e o mesmo emitiu, aos tribunais de contas

95 dos estados e da União, parecer que concluía pela necessidade de que todas as casas
96 fossem construídas dentro do desenho universal, ao passo que o TCU respondeu pela
97 não admissibilidade daquela comunicação, pois baseado no seu regimento interno que diz
98 quem tem legitimidade para solicitar ao Tribunal a prestação de informações e a
99 realização de auditorias e inspeções era o presidente do Senado Federal, da Câmara dos
100 Deputados e o presidente de comissões do Congresso Nacional, do Senado Federal e da
101 Câmara dos Deputados. Nesse sentido, a Sra. Laís Vanessa C. de F. Lopes questionou
102 como seria possível aprimorar essa parceria entre sociedade e o Tribunal,
103 especificamente no caso de um Conselho de controle social como o CONADE.
104 Apresentou ainda que foi recebida denúncia de uma apostila, paga com recursos do
105 PRONASCI e material de cursos de formação de policiais, com diretrizes de como atuar
106 junto aos grupos em situação de vulnerabilidade e, no capítulo de pessoas com
107 deficiência, trouxe a informação errônea de que devia se seguir o estatuto da pessoa com
108 deficiência, o qual ainda não existia. Portanto, pediu uma sugestão de encaminhamento
109 desse tipo de questão ao representante do INESC. O Sr. Marcos C. de Souza Bandeira
110 cumprimentou a Conselheira Rosangela da Silva Santos pela iniciativa de apresentação
111 do representante do Tribunal de Contas da União e requereu um trabalho de aproximação
112 com o TCU e com o INESC por meio de convênio, no sentido de zelar pela política pública
113 da pessoa com deficiência e acompanhar o orçamento em execução. A Sra. Martinha
114 Clarete Dutra dos Santos parabenizou a Sra. Rosangela dos Santos, pela iniciativa e aos
115 expositores. Questionou ao Sr. Alexandre Ciconello se o INESC já havia desenvolvido
116 estudo para o levantamento de indicadores de inclusão social da pessoa com deficiência
117 no que tange à área econômica. A Sra. Izabel Maria M. L. Maior também agradeceu e
118 parabenizou aos expositores. Questionou ainda ao representante do TCU como era feita
119 a capacitação dos gestores. Além disso, afirmando que em uma tomada de conta especial
120 o nome e o CPF dos gestores públicos envolvidos são divulgados no Diário Oficial da
121 União, questionou, quando provada inexistência de culpa, o que poderia ser feito pela
122 reparação dos nomes desses gestores como possíveis ineficientes gestores da verba
123 pública. Por derradeiro, afirmou que, embutidas todas as emendas parlamentares,
124 aparentemente o orçamento era maior do que de fato seria, e solicitou ao representante
125 do INESC que pudesse comentar tal fato. O Sr. Márcio Castro de Aguiar afirmou que o
126 CONADE tem por atribuição acompanhar e fiscalizar as políticas voltadas à pessoa com
127 deficiência e, inclusive, o plano de ação da SDH. Portanto indagou qual seria a implicação
128 da aprovação por parte dos conselheiros sem o devido e prévio conhecimento de dados e
129 informações. Quanto à questão da Sra. Laís Lopes, , o Sr. Alexandre Ciconello informou

130 que o INESC não tinha o controle social daquele conteúdo e sugeriu que o CONADE se
131 posicionasse a respeito do tema junto ao Ministério da Justiça e a Rede Nacional de Altos
132 Estudos em Segurança Pública (RENAESP) que promovia o curso. Informou que não
133 existiam os indicadores questionados pela Sra. Martinha Clarete, mas seriam
134 fundamentais para formulação de políticas. Com relação à questão levantada pela Sra.
135 Izabel, ponderou ser uma questão muito complexa, porque os parlamentares propõem
136 emendas ao orçamento sempre destinadas à sua base eleitoral, sem reforçar as ações e
137 políticas existentes. E, por último, com relação à questão posta sobre o Plano de Ação da
138 SDH, afirmou que para alguns conselhos era obrigatório a aprovação dos seus planos,
139 com fundamentação. No caso do CONADE, teria que se verificar no seu regimento interno
140 se existia essa obrigatoriedade, mas era sempre bom ter conhecimento do que estava
141 sendo aplicado e qual a proposta do Poder Executivo para se tomar uma decisão. Com
142 relação aos questionamentos da Sra. Laís Lopes , o Sr. Marcelo André disse que
143 posteriormente poderia se apoderar do processo para dar uma resposta mais adequada,
144 mas, em um primeiro momento, afirmou que o TCU pudesse ter tomado que aquele era
145 um pedido de auditoria e seguia rigidamente seu regimento. Com tanto, sugeriu que fosse
146 feita uma comunicação à Ouvidoria do Tribunal, demonstrando que determinado
147 normativo não estava sendo respeitado e essa informação seria repassada para a
148 unidade técnica que fiscaliza o Ministério das Cidades. Com relação à questão posta pelo
149 Sr. Marcos Bandeira, afirmou que o Tribunal poderia contribuir dentro de suas limitações
150 com o Conselho. Ressaltou que a tomada de conta especial não pressupõe a culpa e
151 quando não é provada a culpa, fica constante do Acórdão tal fato. Com relação à questão
152 posta pelo Sr. Márcio Aguiar informou que caso fosse comprovada responsabilidade de
153 erro por parte de algum Conselheiro na aprovação do plano de ação da SDH e das
154 políticas públicas para a pessoa com deficiência, poderia ser feita a responsabilização e a
155 subsequente multa. Mas, se caso fosse, simplesmente, a análise e aprovação de um
156 relatório de execução orçamentária, em princípio, não haveria a co-responsabilidade do
157 gestor. Por derradeiro, informou que o TCU oferecia um curso à distância endereçado aos
158 gestores públicos na área de licitação e sugeriu que fosse feita uma solicitação ao
159 Tribunal para a participação dos Conselheiros. Na sequência, a Sra. Denise Costa Granja
160 agradeceu aos palestrantes e encerrou o ponto. **Informes das Comissões**
161 **Permanentes: Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.** A Sra. Rosangela da
162 Silva Santos apresentou o relatório de avaliação do quadro de despesas efetuadas de
163 janeiro até outubro de 2009 do CONADE e da Coordenadoria Nacional para a Integração
164 da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), além da agenda para 2010, que concluiu

165 não haver condições técnicas para emissão de parecer referente ao plano de ação da
166 Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Apresentou
167 ainda a Ata da Reunião da COF, ocorrida um dia antes, com a presença dela, do
168 Conselheiro Isaías Dias, Ana Carolina Silveira Vasconcelos e José Antônio Ferreira
169 Freire, e os seguintes itens de pauta: 1. reformulação da ata apresentada na 67ª Reunião
170 Ordinária do CONADE, em cumprimento à deliberação do plenário; 2. Processo nº
171 01/2009, avaliação das ações realizadas pelos Ministérios com enfoque para a área da
172 pessoa com deficiência, exercício 2009 e ações planejadas para 2010; 3. Processo
173 001/2010, liberação de emenda; 4. Processo 002/2010, análise e encaminhamentos; 5.
174 Avaliação do encontro da REATECH realizado em São Paulo. Item 1: A apresentação da
175 Ata já havia sido apresentada para apreciação e aprovação em plenário; Item 2. Tendo
176 em vista a realização de duas reuniões extraordinárias da COF antes da próxima reunião
177 ordinária do CONADE, com suporte técnico próprio da área de orçamento e finanças
178 públicas, deliberou-se apresentar o relatório final desse processo em junho do corrente
179 ano; Item 3. A COF avaliou o processo nº 001/2010, encaminhado pelo Deputado Federal
180 Otávio Leite, através do ofício 009/2010, de 3 de fevereiro de 2010, o qual destina com
181 exclusividade para o CONADE R\$ 150 mil reais para ação, apoio e implementação de
182 Conselhos de Direitos Pessoas com Deficiência em estados e municípios. Contato, a COF
183 questionou à CORDE se o edital para tal ação foi apreciado pelo CONADE; Item 4. A
184 COF não teve tempo hábil para analisar os arquivos encaminhados ao CONADE, no dia
185 19 de abril de 2010, pela Subsecretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
186 referentes quadro de detalhamento de despesas do exercício 2009 e, portanto, submeteu
187 aos técnicos especializados na área de economia para posterior apresentação ao
188 plenário; Item 5. Diante de algumas dificuldades apresentadas por alguns conselheiros
189 referentes às despesas efetuadas durante 9ª REATECH, a COF solicitou maiores
190 esclarecimentos sobre quais foram os serviços que estavam cobertos pelo pacote
191 contratado. Com tanto, a COF encaminhou: realizar duas reuniões extraordinárias nos
192 meses de maio e junho do corrente para a análise de todos os documentos demandados
193 para a COF e a elaboração de um roteiro de trabalho permanente para a Comissão; o
194 adiamento da aprovação do plano da Subsecretaria para a próxima reunião ordinária do
195 CONADE. A Sra. Izabel Maria de L. Maior afirmou que os dados estavam disponíveis e
196 poderiam ser apresentados aos demais conselheiros e informou que na reunião passada
197 colocou à disposição um servidor especializado, o Sr. Rubens Serafim, que analista de
198 planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento (MPOG) e trabalhava
199 atualmente na SDH, além daqueles que lidavam diretamente com o orçamento e com as

200 ações da Subsecretaria. Todavia, assumiu que os documentos relativos à execução
201 orçamentária de 2009 foram entregues com certo atraso à COF. Com relação à questão
202 posta sobre a REATECH, solicitou detalhes sobre o ocorrido para que pudesse dar
203 maiores esclarecimentos e proceder na responsabilização da empresa responsável por
204 traslado e alimentação. Todavia, ainda explicou a metodologia adotada para a
205 alimentação e hospedagem dos conselheiros. Por fim, solicitou que fosse informada
206 formalmente. O Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné apontou que o serviço prestado pela
207 empresa no evento REATECH foi excelente. O que faltou, segundo ele, foi uma
208 informação prévia procedimentos durante a realização do evento atinentes a
209 hospedagem, traslado e alimentação. Com relação à apresentação dos relatórios da
210 CORDE, ponderou que era necessária a apresentação dos mesmos, mas acompanhados
211 de um parecer da COF. O Sr. Marcos Bandeira ressaltou que aquela discussão sobre
212 diárias, na sua opinião, não era assunto para ser deliberado pela plenária do Conselho e,
213 sim, entre a COF e a CORDE. O Sr. Francisco Alexandre D. Mapurunga afirmou que a
214 plenária não necessitava do parecer da COF para aprovar o plano de ação da
215 Subsecretaria, ao passo que propôs a apreciação do plano de ação e verificar se haveria
216 a necessidade do parecer ou não da Comissão. Relembrando que o relatório da
217 Subsecretaria já estava disponível, o Sr. José Alcides Marton da Silva requereu o acesso
218 para todos os conselheiros a todos os documentos, bem como o plano de ação da
219 Secretaria. Com relação à questão da REATECH, reiterou as questões postas pelo Sr.
220 Roberto Tiné. O Sr. Márcio Castro de Aguiar solicitou maiores esclarecimentos sobre a
221 emenda parlamentar que destinou R\$ 150 mil ao CONADE para ação, apoio e
222 implementação de Conselhos de Direitos Pessoas com Deficiência em estados e
223 municípios. A Sra. Izabel Maior informou que essa questão constava do plano de ação da
224 Subsecretaria, o qual não seria apresentado naquela reunião e perguntou se seria aberto
225 espaço para essa apresentação e subsequente esclarecimento. Posto isto, o Conselho
226 encaminhou pela aprovação do Relatório COF da 67ª Reunião Ordinária, alterando a
227 conclusão pela seguinte redação: “Diante do exposto e em cumprimento às atribuições da
228 COF, segundo o regimento interno do CONADE, a comissão concluiu que não há
229 condições técnicas para emissão de parecer referente ao relatório de execução
230 orçamentária 2009. Quanto ao plano de ação da Subsecretaria Nacional de Promoção de
231 Direitos da Pessoa com Deficiência, CORDE 2010, recomenda-se que seja apresentado
232 na 68ª Reunião Ordinária do colegiado”. Encaminhou também pela aprovação do
233 Relatório COF da 68ª Reunião Ordinária coma a alteração de recomendação, sendo a
234 seguinte: A COF recomenda a apresentação do plano de ação da subsecretaria na 68ª

235 Reunião Ordinária do CONADE, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos de análise
236 do relatório de execução orçamentária do ano 2009. Após a apresentação do plano de
237 ação 2010, o plenário decidirá se está suficientemente informado para aprovar ou não o
238 plano de ação da CORDE na 68ª Reunião Ordinária. Independentemente disso, a COF
239 continuará o seu trabalho e trará para a próxima reunião um parecer sobre o tema.

240 **Apresentação do relatório do Grupo de Trabalho responsável pela sistematização**
241 **dos subsídios colhidos nos seminários regionais para elaboração do Estatuto da**
242 **Pessoa com Deficiência.** A Sra. Laís Vanessa C. de F. Lopes relatou que o grupo de
243 trabalho, criado no intuito de sistematizar o conteúdo resultante dos seminários regionais
244 realizados em outubro de 2009 para tratar da criação do Estatuto da Pessoa com
245 Deficiência, se reuniu em três ocasiões diferentes, nos dias 22 e 23 de fevereiro, 09 a 12
246 de março e 07 a 09 de abril do corrente, com o intuito de elaborar uma minuta de um lei
247 substitutivo e em sua última reunião definiu pelo registro dos principais pontos polêmicos
248 identificados nas diferentes minutas de estatutos já elaboradas, incluindo subsídios dos
249 seminários regionais com base na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência
250 e seu protocolo facultativo, porém, sem o consenso em vários itens. O GT logrou a
251 realização de uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos
252 Deputados Federal, presidida pela Deputada Irini Lopes (PT/ES). Verificou-se a
253 necessidade do envolvimento dos ministérios, em especial o Ministério da Justiça (MJ),
254 através da Secretaria de Assuntos Legislativos, e da Casa Civil, através da Secretaria de
255 Articulação de Governo, visando a otimização da elaboração da minuta. Para tanto, foi
256 sugerida a participação dos representantes governamentais, conselheiros ou não do
257 CONADE, no GT. Decidiu-se: pela manutenção do GT; pela socialização das principais
258 discussões havidas no grupo com a Plenária do CONADE; por nota técnica do Governo
259 Federal com o intuito de detalhar o processo no âmbito da SDH, dando visibilidade ao
260 cumprimento das etapas, ao exame do Conselho, ao levantamento dos itens de
261 convergência e divergência e as alternativas que o CONADE apresentou em articulação
262 com o Congresso Nacional; por reunião com os interessados no Congresso Nacional para
263 informar dos avanços e desafios do processo, repactuando encaminhamentos e prazos se
264 necessário. Por fim, a Sra. Laís apresentou os 11 pontos de polêmica, tais quais: o
265 conceito de pessoa com deficiência; a capacidade legal de pessoas com deficiência em
266 correspondência aos Artigos 12 e 13 da Convenção; educação; reabilitação; trabalho e
267 emprego; cultura, esporte, turismo e lazer; transporte; crimes e acessos à justiça;
268 monitoramento da convenção; assistência social; e o debate da necessidade ou não de
269 ter um estatuto da pessoa com deficiência. Na sequência, a Sra. Izabel Maria M. L. Maior

270 questionou se a ampliação do GT seria no sentido de completar a análise ou verificar as
271 legislações específicas que dariam conta das lacunas apresentadas no documento. A Sra.
272 Gecy Maria Fritsch Klauch questionou se a criação do grupo foi espontânea por estranhar
273 a não representação da sua entidade no GT. A Sra. Flávia Vital questionou porque não
274 outras representações da sociedade civil não participantes do CONADE para também
275 fazer parte do GT. O Sr. Marcos C. de Souza Bandeira sugeriu que outras instituições que
276 não participaram do seminário pudessem contribuir com a construção do substitutivo. O
277 Sr. Domingos João Montagna questionou qual seria o encaminhamento para resolver as
278 divergências apresentadas. O Sr. José Alcides Marton da Silva indagou se esse
279 documento seria enviado ao Congresso Nacional. Em seguida, a Sra. Laís Vanessa C. de
280 F. Lopes esclareceu que: a ideia era elaborar uma minuta de projeto de lei que
281 regulamentasse a Convenção Sobre as Pessoas com Deficiência e que enfrentasse as
282 polêmicas nas legislações específicas; não era excludente a participação de outras
283 representações da sociedade civil; o GT foi formado realmente de forma espontânea e
284 voluntária por parte de alguns conselheiros; o Congresso Nacional receberia o documento
285 e esperava por isso, mas antes seria deliberado e aprovado pelo plenário do CONADE. O
286 Sr. Márcio Castro de Aguiar lembrou que a CVI Brasil é contrária à criação do estatuto.
287 O Sr. Domingos João Montagna defendeu a proposta de criação do Estatuto. Posto isto,
288 passou-se à votação do relatório, que aprovado pela unanimidade. Findo Este ponto, a
289 Conselheira Aline Camila R. Mesquita, do Ministério da Cultura, apresentou o livro “Nada
290 Sobre Nós, Sem Nós” resultante de uma oficina realizada em parceria com a Fio Cruz.
291 **Informe Comissão de Articulação de Conselhos (CAC).** A Sra. Izabel Maria M. L.
292 Maior apresentou relatório referente ao 4ª Encontro de Conselhos, a ocorrer em Brasília,
293 com 800 pessoas, sendo duas vagas, intransferíveis, para cada conselho, estadual e
294 municipal, observada a paridade. A data original proposta era entre os dias 25 e 27 de
295 junho do corrente ano, porém, devido ao evento da COPA do Mundo e que no dia 25
296 coincidiria com um jogo da Seleção Brasileira de Futebol, a comissões propôs a
297 realização do evento entre os dias 22 a 24 do mesmo. O pacote contratado incluiria
298 hospedagem, alimentação e passagem somente para os conselheiros titulares e
299 suplentes do CONADE. A Comissão Organizadora já havia sido escolhida, um membro da
300 Comissão de Comunicação Social, um membro da Presidência ampliada e um membro
301 da SNPD. Ainda, faltava somente definir os nomes. Para tanto, a CAC solicitou ao
302 plenário tal escolha. O Formato sugerido para o evento foi o de mesas redondas e
303 oficinas. E foi dispensada a contratação de relatoria. Apresentou ainda a metodologia e os
304 assuntos a serem tratados no evento. Com isto, passou às considerações dos

305 Conselheiros. O Sr. Marcos Bandeira lembrando que resultou um abaixo assinado da 9ª
306 REATECH requerendo a mudança da abordagem do censo do IBGE, com relação à
307 pesquisa sobre pessoas com deficiência, que passasse de um censo feito por
308 amostragem para uma análise por domicílio. O Sr. Márcio Castro de Aguiar lembrou que
309 no 3º Encontro de Conselhos a passagem dos conselheiros da sociedade civil foram
310 custeadas pelo Governo e a falta de financiamento das passagens para o próximo poderia
311 causar uma baixa frequência, ainda mais sendo numa semana de realização da Copa do
312 Mundo. A Sra. Rosângela da Silva Santos sugeriu a participação, na comissão
313 organizadora, de um membro da COF e indicando o Sr. Isaías Dias. A Sra. Laís Vanessa
314 C. de F. Lopes sugeriu que fosse retirada a participação de um membro da Presidência
315 ampliada e que um membro de cada comissão permanente do CONADE fizesse parte
316 daquela comissão. Isto posto, a Sra. Izabel Maior ressaltou que o IBGE não mudaria a
317 metodologia e que o assunto seria tratado durante o encontro e se pautado no CONADE
318 poderia ser discutido anteriormente. Informou que seria inviável o financiamento das
319 passagens de todos os conselheiros participantes do evento. E acatou a participação dos
320 demais membros das comissões do CONADE na comissão organizadora, suprimindo a
321 participação da representação da Presidência Ampliada. Por derradeiro, o Conselho votou
322 favorável à mudança da data do evento para os dias 21 a 24 de junho, modificando, no
323 dia seguinte, a data da próxima Reunião Ordinária do CONADE.

324

325 2º Dia – 30 de abril de 2010

326 Reiniciada a Sessão, presidida pela Sra. Denise Granja, foi dada sequência aos pontos
327 de pauta. **Jogos Paraolímpicos de 2016 – organização e relação com os Municípios,**
328 **Estado e Governo Federal.** O Sr. Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paraolímpico
329 Brasileiro (CPB), agradeceu o espaço e procedeu à apresentação do histórico do Comitê
330 Paraolímpico Brasileiro, criado em 1995, e a evolução do esporte paraolímpico. Apontou
331 que havia no Brasil uma carência muito grande de profissionais de educação física
332 habilitados ou com conhecimento suficiente para ensinar a pessoa com deficiência.
333 Contudo, o CPB possui projetos no sentido de capacitar esses profissionais, tal como a
334 Academia Paraolímpica Brasileira. Afirmou que o Brasil havia dois desafios em 2016, a
335 organização dos jogos e o maior nível de conquista de medalhas, sendo que o Brasil,
336 como país sede, já estava inscrito em todas as modalidades da competição e, portanto,
337 era objetivo seria aumentar a performance dos atletas. Apresentou o planejamento
338 estratégico até 2016, que contemplou: a criação do Clube Escolar Paraolímpico, que
339 financiará 19 projetos escolares, escolhidos dentre 43, com uma soma em torno de R\$ 1,2

340 milhões ao ano; a retomada da Paraolimpíada Escolar; além da implementação do
341 Conselho de Atletas. Além disso, indicou as metas do CPB para os Jogos
342 Parapanamericanos e Paraolímpicos até 2016, sendo que em Londres, nos jogos
343 paraolímpicos de 2012 a meta é chegar no 7º lugar no quadro de medalhas, e nos jogos
344 de 2016 a pretensão é ficar no 5º lugar. Na sequência, relatou especificamente sobre a
345 Paraolimpíada de 2016, prevista para ocorrer entre 7 e 18 de setembro deste ano.
346 Afirmou que: o planejamento dos jogos estavam consonantes ao planejamento da cidade
347 do Rio de Janeiro e três quartos de todas as instalações já estavam prontas: com exceção
348 do futebol, disputado também em Salvador, Belo Horizonte, Brasília, todos os demais
349 jogos seriam disputados numa mesma vila: seria construído um novo centro de
350 treinamento olímpico e paraolímpico, na região do autódromo, onde já se encontra
351 construído o complexo aquático e a arena multiuso; os jogos seriam divididos em quatro
352 regiões, da Barra da Tijuca, de Copacabana, do Maracanã, de Deodoro; o Maracanã
353 sediaria a cerimônia de abertura e encerramento. Ponderou que os mega eventos
354 esportivos deixam legados esportivos e não esportivos para o País. Portanto, era
355 necessário que aproveitassem essa oportunidade para a promoção do desenvolvimento e
356 para sua transformação social. Informou que o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o
357 Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) somaram esforços para a vitória da candidatura do
358 Rio de Janeiro para a celebração dos jogos e o conceito adotado para os jogos é a
359 integração e mudança através da igualdade, trazendo para a cidade do Rio de Janeiro
360 alguns legados importantes, como a acessibilidade universal, tanto nas instalações
361 olímpicas, como nos espaços públicos e no seu transporte. Informou ainda que para 2016
362 seriam criadas duas novas instâncias: o Departamento de Jogos Paraolímpicos,
363 incumbido de garantir a realização dos jogos paraolímpicos; e a Autoridade Pública
364 Olímpica (APO), que seria uma agência estatal formada pelo Governo Federal, Estadual e
365 Municipal do Rio de Janeiro, incumbida de tratar das questões referentes à infra-estrutura,
366 obras e legado, talvez com a presidência do Ministro dos Esportes. Por fim, pôs o CPB à
367 disposição do CONADE. A Sra. Laís parabenizou pela apresentação e ponderou que o
368 que daria maior visibilidade às Paraolimpíadas seria a realização de forma concomitante
369 às olimpíadas e requereu que o Sr. Andrew comentasse tal afirmação. Ao passo que o Sr.
370 Andrew Parsons afirmou ter uma visão diferente, pois os jogos paraolímpicos tinham um
371 identidade e se esvaeceria dentro dos jogos olímpicos. Em seguida, o Sr. Isaías, da CUT,
372 informou que o CONADE discutia o Plano Diretor Nacional da Campanha da
373 Acessibilidade, que objetivava a Copa do Mundo, Olimpíadas e Paraolimpíadas, e, nesse
374 sentido, propôs que o CONADE, juntamente com o CPB solicitassem uma audiência com

375 o Ministro dos Esportes, Orlando Silva, para tratar da criação da APO. Parabenizou ainda
376 o CPB pela mudança de visão em relação à inclusão da pessoa com deficiência. O Sr.
377 Andrew Parsons acatou o proposto e sugeriu marcar o quanto antes. Os Srs. Roberto
378 Paulo do Vale Tiné, Antônio José Ferreira, Domingos João Montagna parabenizaram o
379 CPB por todas as iniciativas. A Sra. Ana Beatriz sugeriu uma reunião na semana seguinte
380 entre CORDE, CONADE e CPB com o intuito de discutir a articulação junto ao Ministério
381 dos Esportes. O Sr. José Antônio Lanchoti afirmou que durante o Parapan do Rio de
382 Janeiro fez uma visita às instalações que identificou inúmeros problemas com relação à
383 acessibilidade e perguntou como o Conselho poderia contribuir para que essa situação
384 não se repetisse na Paraolimpíada. Ao passo que o Sr. Andrew Parsons agradeceu os
385 elogios, sugeriu utilizar-se do dossiê da candidatura e o contrato com o Comitê Olímpico
386 Internacional para cobrar as devidas adequações e se dispôs a se reunir na semana
387 seguinte com CONADE, CORDE. Por derradeiro, agradeceu novamente o convite. **Plano**
388 **Diretor da Campanha Nacional da Acessibilidade.** Incumbida da apresentação, a
389 Presidente do CONADE, Sra. Denise Granja informou que o Plano foi apresentado a
390 todos os presidentes de Conselhos estaduais, além dos coordenadores das CORDEs das
391 cidades que iriam sediar a Copa do Mundo de 2014, a ser realizada no Brasil. Apresentou
392 a logomarca da Campanha, que similar à bandeira do Brasil com a frase “Acessibilidade,
393 Siga Essa Idéia”, no lugar do já conhecido “Ordem e Progresso”, e também o símbolo da
394 Campanha, que seria o “A”, de acessibilidade. A campanha atenderia 25 milhões de
395 pessoas com deficiência, além de 17 milhões de idosos, gestantes, crianças e pessoas
396 obesas; foi lançada na 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
397 com uma rede composta pela SDH, CORDE, CONADE, todas subsecretarias envolvidas,
398 os Ministérios, TCU, Ministério Público Federal (MPF), Conselhos Estaduais, Municipais,
399 Confederações Patronais, AMPID, SEBRAE, Clubes de Futebol, Federação de bares e
400 restaurantes, além de outros agentes sociais. A Sra. Márcia Melo complementou,
401 ressaltando que a campanha tinha algumas metas já estabelecidas: reformulação do site
402 da campanha, produção de materiais de divulgação, realização de ações de divulgação e
403 sensibilização em bares e restaurantes. A metodologia de trabalho proposta é em rede,
404 visando a democratização da informação e da responsabilidade partilhada. A campanha
405 trabalhava com sete eixos: esporte, turismo, cultura, educação, saúde, transporte e
406 trabalho, com o objetivo de unir os direitos parceiros da rede em torno destes eixos. A
407 proposta da campanha é que ela fosse operacionalizada no tripé capacidade de
408 articulação, uso das diferentes tecnologias de informação e legenda em tempo real. Os
409 Seus objetivos é: promoção da acessibilidade; melhoria e qualificação contínua dos

410 serviços prestados à pessoa com deficiência; aumento da empregabilidade; além do
411 combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Estavam
412 previstas as formas de acompanhamento e avaliação do plano, com o objetivo de
413 desenvolver uma metodologia que permitisse mensurar os resultados da campanha. Por
414 derradeiro, agradeceu a todos aqueles que participaram da construção da campanha. Na
415 sequência, a Sra. Denise Costa Granja que após o relato da Comissão de Comunicação
416 Social seria deliberada a aprovação do Plano. Em seguida, a Sra. Fernanda Lopes, do
417 Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) parabenizou a iniciativa do CONADE
418 e solicitou que fossem incluídos nessa rede de parceiros os organismos internacionais. O
419 Sr. Andrew Parsons colocou à disposição do Conselho a agenda do CPB para a
420 campanha e afirmou que, se permitido, colocaria o símbolo da campanha na manga da
421 camisa das delegadas brasileiras nos campeonatos mundiais. A Sra. Silvana de Oliveira
422 Almeida apresentou um VT da campanha de acessibilidade do Ministério Público da Bahia
423 e solicitou que ele fosse incluído na campanha nacional. **Lançamento do Livro: Direitos**
424 **Sexuais e Reprodutivos na Integralidade da Atenção à Saúde de Pessoas com**
425 **Deficiência.** A Sra. Andréa Duarte informou que esse livro é resultado de um seminário
426 realizado em março de 2009 e teve como diretriz a Política Nacional de Saúde da Pessoa
427 com Deficiência, preconizando a inclusão da pessoa com deficiência em todas as esferas
428 da vida social, inclusive sexualidade e reprodução, sendo voltado aos gestores estaduais
429 e aos profissionais de saúde. A Sra. Fernanda Lopes fez uma breve contextualização do
430 UNFPA e pôs-se e ao fundo à total disposição do CONADE. A Sra. Andréa Duarte
431 completou sua fala informando da realização do Congresso de Prevenção em DST/AIDS,
432 entre 16 e 19 de junho do corrente ano. **Informes da Comissão de Comunicação**
433 **Social.** O Sr. Roberto Tiné apresentou: o plano diretor da campanha de acessibilidade
434 forma resumida; o processo 02/2009, que cria o manual de estilo, sob a condução do
435 Conselheiro Romeu Kazumi Sasaki, em fase de conclusão; o processo 03/2009, que
436 recomendou ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) a inclusão da pessoa
437 com deficiência em suas campanhas educativas. Ao passo que o DENATRAN está
438 fazendo essa inclusão; o processo 04/2009, que verifica o cumprimento do Artigo 57 do
439 Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Ficaram imbuídos de se reunir com a SECOM
440 o Sr. Marcos Bandeira e a Sra. Denise Costa Granja: o processo 05/2009, que verifica as
441 deliberações da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência com
442 relação aos seguintes eixos: reabilitação profissional, deliberação nº02; trabalho,
443 deliberação nº09; saúde, deliberação nº07, que tratam de campanhas educativas. Foi
444 encaminhado email aos três ministérios envolvidos, Ministério da Saúde (MS), Ministério

445 do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério da Previdência Social (MPS). O Ministério do
446 Trabalho e Emprego respondeu afirmando negativamente. Os outros dois, MS e MPS
447 fariam o levantamento. Encaminhou-se nesse caso oficial diretamente o MTE para o
448 cumprimento dessa deliberação e aguardar o levantamento dos outros dois ministérios
449 para, talvez, oficial os dois; o processo 01/2010. O Conselheiro Janilton Fernandes Lima
450 traria à próxima reunião parecer dos livros “Direitos Sexuais e Reprodutivos na
451 Integralidade da Atenção à Saúde de Pessoas com Deficiência” e “Síndrome Pós-
452 Poliomielite”. Posto isto, a Sra. Laís Vanessa C. de F. Lopes sugeriu que fossem
453 encaminhadas sugestões ao Plano Diretor por email até os dias 20 e 21 de maio do
454 corrente. O Sr. Rogério Lopes Costa Reis ressaltou que o Conselho não podia aprovar o
455 plano diretor sem uma redação final e ponderou que poderia ser aprovada a necessidade
456 ou não do plano diretor. O Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné esclareceu que a proposta era
457 que o plano fosse aprovado naquele momento e se alguém tivesse alguma alteração que
458 fosse feita ali e não posteriormente. A Sra. Niusarete Margarida de Lima sugeriu que a
459 versão preliminar do plano diretor fosse encaminhado ao Comitê Editorial da SDH no
460 intuito de agilizar o processo até que sejam inseridas as novas contribuições. A Sra. Laís
461 Vanessa C. de F. Lopes apoiou a aprovação do mérito e que o texto pudesse sofrer
462 futuras alterações. O Sr. José Alcides Marton da Silva ponderou que o documento já
463 surtiu efeito da maneira como estava e sugeriu uma revisão do documento. A Sra.
464 Rosângela Santos apoiou a proposta feita pela Sra. Laís Lopes. A Sra. Izabel Maria de L.
465 Maior apoiou a proposta e ponderou a importância de voltar ao conselho, que seja numa
466 reunião extraordinária. Posto isto, encaminhou-se, por meio de votação, a aprovação do
467 Plano Diretor da Campanha Nacional da Acessibilidade e até o dia 21 de maio do corrente
468 ano poderiam ser feitas outras contribuições. Com tanto, o Sr. Francisco Alexandre D.
469 Mapurunga, requereu que a proposta da Sra. Izabel Maior fosse acatada e solicitou que
470 fosse consignado o seu descontentamento com a Presidente do CONADE. Ao passo que
471 a Presidente consignou que os conselheiros também a destratarem. Deste modo, a Sra.
472 Izabel Maior solicitou à presidência que verifique o motivo das agressões e solucione
473 esses impasses. Por derradeiro, a Sra. Denise Costa Granja abriu a votação do relatório
474 da Comissão de Comunicação Social e não havendo posições contrárias foi aprovado.
475 Vencido esse ponto de pauta, ficou a cargo do Conselho decidir a alteração de data da
476 próxima reunião do Conselho. O Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné sugeriu as datas de 14,
477 15 e 16 de julho. **Plano de Ação da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos**
478 **da Pessoa com Deficiência para 2010.** A Sra. Izabel Maria M. L. Maior informou que o
479 Plano de Ação foi apresentado em duas oficinas de planejamento da Secretaria de

480 Direitos Humanos ocorridas no mês de fevereiro e que ele já estava em execução. Fez
481 um breve relato do histórico e da estrutura da SNPD. Relatou que o Plano foi
482 desenvolvido em ação, descrição da ação e resultado esperado da ação. Ação nº 1:
483 Consolidação da SNPD. Ação nº 2: Fortalecimento do Comitê Gestor Federal da Agenda
484 Social para o alcance de suas metas. Estímulo à criação de novos comitês gestores
485 estaduais e municipais, apoio aos comitês já criados, ampliação e fortalecimento da rede
486 de órgãos gestores e de conselhos. E apoio às atividades técnicas do CONADE; Ação nº
487 3: Continuidade e ampliação da veiculação das campanhas “Iguais na diferença pela
488 inclusão das pessoas com deficiência” e Campanha Nacional de Acessibilidade “Siga
489 essa idéia” sob a responsabilidade do CONADE, da Agenda Social. Ação nº 4:
490 Fortalecimento das ações sobre acessibilidade das pessoas com deficiência aos
491 ambientes e serviços. Ação nº 5: Participar dos comitês de Organização da Copa da FIFA
492 2014 e de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Ação nº 6: Fortalecimento das
493 ações sobre a empregabilidade das pessoas com deficiência no setor público e privado.
494 Ação nº 7: Fortalecimento das ações sobre habitação para as pessoas com deficiência.
495 Ação nº 8: Fortalecimento das ações sobre comunicação para as pessoas com
496 deficiência. Ação nº 9: Fortalecimento das ações de educação especial na perspectiva da
497 educação inclusiva para as pessoas com deficiência em todas as idades; apoio ao
498 programa BPC na Escola com ações de capacitação em acessibilidade e análise de
499 dados estatísticos produzidos, através da portaria que criou o BPC na Escola. Ação nº 10:
500 fortalecimento das ações de saúde e reabilitação para as pessoas com deficiência. Ação
501 nº 11: fortalecimento das ações sobre tecnologia assistiva através do Comitê de Ajudas
502 Técnicas. Ação nº 12: acompanhamento dos projetos de lei no Congresso Nacional. Ação
503 nº 13: Lançamento e divulgação da primeira etapa do projeto de fortalecimento do
504 movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Ação nº 14: Conclusão da
505 análise dos processos em andamento na Comissão Interministerial de Hanseníase. Ação
506 nº 15: Participação da implementação das ações da política nacional dos direitos da
507 pessoa em situação de rua; Ação nº 16: Estruturação do módulo “pessoas com
508 deficiência” no Disque 100, disque direitos humanos. Ação nº 17: Desenvolvimento do
509 modelo de caracterização e valoração da deficiência; Ação nº 18: Acompanhamento e
510 assessoramento ao IBGE nas etapas de aplicação e desenvolvimento do censo
511 demográfico 2010; Ação nº 19: Implantação de uma política editorial da SNPD com
512 qualidade e que venha a ser reconhecida nacional e internacionalmente. Ação nº 20: novo
513 *web design* da página da Secretaria e do CONADE e a sua migração para o Portal Brasil.
514 Ação nº 21: Elaboração do primeiro relatório de monitoramento da implementação da

515 Convenção da ONU. Em seguida, apresentou o orçamento da SNPD para 2010, que
516 vinculado aos programas do Plano Plurianual: O programa 1078, que é o programa
517 nacional de acessibilidade, com um rubrica de R\$ 3.238.664,00 (Três milhões duzentos e
518 trinta e oito mil seiscentos e sessenta e quatro reais); e o programa 086, que é o
519 programa de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, com verba
520 destinada ao CONADE de R\$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais) para o
521 custeio das despesas das reuniões ordinárias e extraordinárias, além das viagens que o
522 CONADE executa através de seus conselheiros; e verba destinada também para a
523 capacitação de recursos humanos e apoio à implantação de conselhos estaduais e
524 municipais. Contudo, o programa 086, promoção e defesa dos direitos da pessoa com
525 deficiência, ainda tem o recurso de duas emendas parlamentares; de R\$ 5.000.000,00
526 (Cinco milhões de reais) para a capacitação de recursos humanos e R\$ 150.000,00 (cento
527 e cinquenta mil reais) ao apoio à implementação de conselhos. Emendas essas que ainda
528 não haviam sido liberadas. Na sequência, apresentou o histórico de despesas do
529 CONADE desde o começo do ano de 2010, perfazendo um total de R\$ 80.664,00 (Oitenta
530 Mil seiscentos e sessenta e quatro reais). Dando sequência, o Sr. Laércio Ventura
531 ponderou que o tempo era curto para a execução das 21 ações do plano. Com relação
532 aos editais de apoio à implementação dos conselhos, ressaltou que os entes
533 contemplados tinham um prazo muito curto para a execução. A Sra. Rosângela da Silva
534 Santos sugeriu a realização de uma oficina prévia à aprovação do planejamento das
535 ações da SNPD com a colaboração dos Conselheiros do CONADE e para que fosse
536 desenvolvido também um planejamento do próprio Conselho. Com relação à Ação nº 7,
537 relativo às habitações financiadas pelo Governo, o Sr. Domingos João Montagna sugeriu
538 que a acessibilidade fosse ampliada para todas as edificações financiadas pelo Governo
539 Federal e colocou que era grande o desafio também frente à acessibilidade nas
540 edificações públicas. Ao passo que a Sra. Izabel Maria M. L. Maior destacou que o
541 Ministro da SDH, Paulo Vannuchi, se reuniria com a Presidente da Caixa Econômica
542 Federal, Maria Fernanda, para tratar do assunto, e havia um esforço da SNPD em garantir
543 o desenho universal pelo menos na habitação de interesse social. Posto isto e verificada a
544 ausência de quorum para fazer a avaliação do Plano, a Sra. Laís Vanessa C. de F. Lopes
545 sugeriu que fosse encaminhada a apresentação por email aos demais conselheiros e
546 consignou a falta de apreciação dos relatórios da Comissão de Análise, Elaboração e
547 Acompanhamento de Atos Normativos e da Comissão de Políticas Públicas, além das
548 apresentações da Conselheira Silvana Almeida “Abrigamento de pessoas com deficiência
549 intelectual”, tendo ela convidado a Subprocurador Geral da República e um representante

550 da área da saúde mental do Ministério da Saúde que estiveram presentes e não tiveram
551 tempo hábil; da Conselheira Denise Costa Granja “Descentralização das reuniões do
552 CONADE”; da Conselheira Izabel Maria M. L. Maior “Informes internacionais: candidatura
553 do Brasil ao Comitê da CDPD e relatório de Monitoramento”, “Década OEA – relatório e
554 reunião entidades não-governamentais no Brasil”, “Informe nacional: REATECH 2010”; e
555 informes gerais dos conselheiros. Por fim, sugeriu que fossem o primeiro ponto de pauta
556 da próxima reunião ordinária. Após, a Sra. Meire Reis, da ABRASO, lamentou a não
557 apresentação do relatório da Comissão de Políticas Públicas e solicitou que fossem
558 dispensáveis as palestras e capacitações diante de pautas mais importantes do
559 CONADE. Deste modo, apoiada pelo Sr. Francisco Alexandre D. Mapurunga. A Sra.
560 Rosangela da Silva Santos consignou que no dia anterior o plenário deliberou apresentar
561 e avaliar o plano de ações da SNPD independentemente do parecer da COF e que fosse
562 respeitada essa decisão. Ao passo que a Sra. Izabel Maria M. L. Maior consignou também
563 que o relatório não foi apresentado na reunião de fevereiro, nem no dia anterior, mas
564 apresentado neste dia e que estaria à disposição para fazer uma nova apresentação caso
565 o plenário assim definisse. Com isso, o Sr. Adinilson M. dos Santos sugeriu enviar por
566 email e já questionar aos conselheiros se seria feita ou não a apresentação novamente.
567 Com tanto, foram acatadas as propostas da Sra. Laís Lopes e do Sr. Adinilson Marins. E
568 não havendo quorum e nada mais a ser discutido, foi encerrada a reunião.